

## Ata nº 145

Ao vigésimo quinto dia do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte e três, na sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sita na Rua Eça Queirós, número três, primeiro andar, código postal mil e cinquenta traço zero noventa e cinco, na cidade de Lisboa. Realizou-se uma Assembleia Geral da FPPD em Sessão Ordinária. A Assembleia Geral, funcionou em primeira convocatória, à hora marcada, pelas nove horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

### Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e votação da ata da última Assembleia Geral;
2. Análise, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento, para a época desportiva de 2024;
3. Atribuição do título de sócios de mérito aos Campões da Europa/Mundo em 2023;
4. Entrada de um novo elemento da direção, para ocupar o lugar do vogal, Jorge Miguel Esteves Temporão Reis, conforme estipulado no artº 3º do Artº 56º dos Estatutos da F.P.P.D.;
5. Análise da proposta apresentada pela ARPDAIlg, sobre o campeonato Nacional da 3ª Divisão – Fundo | Mar;
6. Análise da proposta apresentada pela APDRAM, relativas aos Campeonatos Nacionais de Mar;
7. Outros assuntos de interesse para a modalidade.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente da Assembleia Geral, Dr. Luis Valente, o Secretário Senhor Manuel do Carmo e por não se encontrar ainda completa, o Presidente pediu a colaboração da Senhora, Maria Alice Costa, tendo a mesma aceitado o cargo. De seguida propôs à Assembleia que fosse votada a constituição da Mesa da Assembleia com a inclusão do elemento convidado para a sua composição da mesa, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Estiveram presentes nove delegados distribuídos da seguinte forma:

### Representantes dos Clubes:

- Alexandre Jorge Pereira Rodrigues
- Manuel Vicente Correia Ranholas
- Pedro Manuel Santos Vilelas
- Rui Emanuel Silva Oliveira

**Representantes dos Juizes/Treinadores:**

- Ricardo Daniel Fernandes da Costa
- João Martinho Vieira Vizinha
- José Augusto Silva Oliveira

**Representantes dos Praticantes:**

- Maria Alice Godinho Sampaio Costa

**Representantes das Associações:**

- António Silva Barbosa – ARNPD
- Álvaro José Ribeiro Inês - ARCPD
- António Domingos Combadão Ramalho – ARBAPD
- José Duarte Jesus Fernandes – APDRAM
- Serafim Mário Martins Sá Pereira – APDVC
- João Paulo Conceição Patrício – 1ªARPDR
- Carlos José Santos Lopes - ARPDAIlg

**Faltas Justificadas:**

- António José Pastagem Nunes

Estiveram ainda presentes nesta Assembleia, o Presidente da Federação, Carlos Baptista, Vice-Presidente Financeira, Rosa Cristino, o Vice-Presidente da Área de Água Doce, Bruno Valente, o Vice-Presidente da Área de Mar, António Pais e os vogais: Arlindo Crista, Vitor Coelho e Miguel Eusébio.

O Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Luis Valente deu início aos trabalhos pelas dez horas e quinze minutos, agradecendo para o efeito a presença de todos os delegados. Comunicou ainda que tinha conhecimento que haviam pessoas que estavam na sala e que não tinham assento na Assembleia Geral, deixando ao critério dos delegados se havia

algum inconveniente que assistissem como observadores, não tendo uso da palavra. Colocada esta questão aos presentes e não havendo ninguém contra, deu-se início da Assembleia Geral.

Antes de dar início ao ponto número um da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Geral, deu conhecimento que havia alguns delegados que tinham perdido o mandato e que iria verificar esta situação, para serem estes lugares substituídos, caso exista essa possibilidade. Assunto este que iria ser analisado com algum cuidado.

Dando início ao ponto número um da ordem de trabalhos, perguntou se todos tinham recebido a ata. Após a confirmação de receção colocou a votação a dispensa da sua leitura o que foi aprovado por maioria.

O Sr. Presidente da Assembleia Geral, deu início ao ponto dois da convocatória, passando a palavra ao Sr. Presidente da Direção, para explanar sobre o assunto.

O Sr. Presidente da Direção, agradeceu a presença de todos e antes de entrar propriamente na questão do Plano de Atividades e Orçamento, relembro que anualmente é assinado um contrato programa, com as Associações Regionais, mencionando o artigo 6º, que cabe às Associações Regionais, cumprir com todas as finalidades compreendidas no objecto do contrato, ajudar a executar o plano de atividades e respetivo orçamento, apresentado pela F.P.P.D.. Posto esta situação, informou que esta colaboração em alguns casos não se verifica, dando conhecimento da situação que se passou no Campeonato Nacional de Clubes da 2ª Divisão – Zona Sul – Fundo|Mar, situação esta que se reflete com a falta de apoio das Associações Regionais. Solicita uma vez mais o apoio de todos. Comunica ainda que é imprescindível a organização de dois a três, Campeonatos do Mundo em Portugal, para a estabilidade financeira da Federação, mas se não houver apoio de todos torna-se cada vez mais difícil a organização destas competições internacionais, dentro dos parâmetros que todos desejamos. Deu o exemplo do Campeonato da Europa de Pesca à Pluma, onde a FIPS-Mouche aprovou uma competição de cinco dias uteis, o que dificulta imenso a angariação de um controlador para cada pescador. Em relação ao Campeonato do Mundo de Pesca ao Achigã em Embarcação, lembrou que houve alguma dificuldade em arranjar embarcações, fiscais e pessoal de campo, tornando o Mundial exaustivo para o Miguel Eusébio, que teve de estar em várias “frentes”, para a boa realização do evento. Deu ainda conhecimento que a Federação teve de pagar o aluguer das embarcações, alojar os fiscais, etc... Dado estas situações o Presidente, solicita uma vez mais a união de todos, e quando fala de todos é a União da Pesca Desportiva.

Relembra que o valor que o IPDJ, adjudica para as Seleções Nacionais, é deficitário e que se não houver trabalho, é impensável colocar todas as Seleções Nacionais a participar nas várias competições internacionais. Mencionou ainda que aguarda que a Federação Internacional de Mar, faça chegar as datas definitivas dos Campeonatos do Mundo de 2024. Face a esta situação é bem provável que o calendário de mar tenha de ser reajustado, por causa dos Campeonatos do Mundo, mas volta a alertar que tem de haver uma envolvimento de todos.

No que diz respeito ao Plano de Atividades e Orçamento, deu conhecimento que foi orçamentado um pequeno aumento das taxas de filiação/revalidação, visto não serem revistas desde 2016 e que como todos sabem os aumentos foram significativos, dando o exemplo dos custos com os cartões e seguro desportivo. Contudo este valor também vem de alguma forma ajudar a equilibrar o orçamento, não esquecendo que as Associações também vão receber uma pequena quota em relação a este valor. Situação que não se verificaria se o aumento fosse no valor das inscrições dos Campeonatos Nacionais. Após estas explicações o Presidente, ficou ao dispor dos delegados, para as várias questões que pudessem surgir.

De seguida tomou a palavra o Sr. Carlos Lopes, que chamou à atenção para a marcação da Taça de Portugal de Duplas, na Meia Praia, uma vez que é uma zona que existe grande dificuldade para arranjar fiscais e em termo logístico também muito complicado. Como alternativa propõe a Praia da Retur. Em relação à Taça de Portugal de Masters, gostaria que lhe explicassem o porquê de ser novamente em Soltroia, quando os pescadores se queixam que é uma praia com bastante lixo. Defende ainda que continua a pensar que todos os Campeonatos Nacionais que dão acesso a Campeonatos do Mundo, deveriam de ser disputados dentro dos mesmos moldes que um Campeonato do Mundo, onde a F.P.P.D., ficaria responsável por arranjar alojamento, iscos, etc... e depois caberia a cada clube fazer a sua inscrição de acordo com as suas necessidades. Informou ainda que na sua Associação, existem três clubes que não concordam com este modelo, sendo: CGR dos Olhos de Água, CPN Albufeira e SC Escanchinas, isto porque na maioria dos pescadores muitos trabalharem na hotelaria e em Junho acaba por ser muito difícil conseguirem dias de férias, mas caberia à Federação ver esta situação e tentar antecipar estes campeonatos antes da época alta.

Tomou a palavra o Sr. Barbosa, que em relação ao plano de atividade e orçamento, queria chamar à atenção duas situações: Ao aumentar o valor das filiações, vai atingir todos os pescadores federados, sejam eles de competição ou não, pelo que sugeria que fossem

apenas aumentados os Campeonatos Nacionais. Lamenta ainda que a F.P.P.D., só pague trinta cêntimos o quilómetro e dezassete euros e cinquenta cêntimos, por refeição aos fiscais. Refere ainda que é muito difícil um fiscal obter uma refeição por este valor fora da área geográfica da Associação do Norte. No que diz respeito aos calendários nacionais, quer agradecer ao Vice-Presidente da Área de Água Doce, por ter colocado todos os campeonatos nacionais da mesma disciplina no mesmo fim de semana, contudo tem consciência que este esquema pode penalizar algumas Associações, por falta de meios humanos, mas assume que a Associação do Norte, irá propor-se a fazer todos os campeonatos, conforme calendarizado. Defende ainda que o Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Clubes, deve conter apenas 4 provas, até mesmo no que diz respeito aos campeonatos individuais, ficando somente os campeonatos que dão acesso às Seleções, com mais provas. Em relação à área de mar, não concorda com o calendário, pelo número de provas marcadas a sul, especialmente na disciplina de boia. Referiu que é necessário ter em atenção que há dois anos que não existem clubes a disputar o campeonato nacional de clubes – boia, porque não há provas marcadas a norte. Referiu ainda que é possível a marcação de provas de boia a norte, mas para que não se verifique a mesma situação que se verificou à cerca de oito anos, é necessário saber escolher as marés. Gostaria ainda que fosse esclarecido o porquê dos Campeonatos Nacionais de Clubes, serem sempre marcados a partir do mês de Setembro. Sugeriria que se marcasse uma prova em Março/Abril, para não haver um custo tão grande para os clubes no último trimestre. Referiu ainda que no calendário de rio, faltava a fase de apuramento de clubes feeder e que de acordo com o regulamento que está neste momento publicado refere que em 2024, haveria uma segunda divisão de clubes feeder, mas que não compreende como. Face a estas situações entregou à mesa da Assembleia Geral, uma proposta de alteração do calendário, até porque está uma prova marcada para o Rio Rabaçal, na época do defeso e uma prova em Setembro, no Rio Mondego – Penacova, quando nesta altura existe pouco peixe, na sua opinião, quando poderia ser em Montemor.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que referiu que na ordem de trabalhos no que diz respeito ao ponto cinco e seis, existem duas propostas uma da ARPDAIlg e outra da APDRAM, que no seu entender e uma vez que se trata de situações que dizem respeito à orgânica dos Campeonatos Nacionais e do Calendário de Mar, se não deveriam de ser indexadas, passado estes pontos para o segundo ponto da ordem de trabalhos. Não havendo qualquer objeção por parte dos delegados, as mesmas foram

retiradas dos pontos que estavam inicialmente na ordem de trabalhos, passando a fazer parte do ponto dois, uma vez que acabam por se refletirem no plano de atividade.

Tomou a palavra o Sr. Carlos Baptista, para prestar os devidos esclarecimentos, às questões até agora colocadas. No entanto prestou uma saudação especial ao representante da ARPDAIlg, Carlos Lopes, dizendo que era muito bom vê-lo na Assembleia Geral, depois da situação complicada pela qual passou.

Em relação ao calendário de duplas, informou que o Sr. Pais, tinha retirado todos os apontamentos. Em relação aos Masters, a área de mar irá analisar a situação, como é sabido existe uma altura do ano que é mais propícia para haver mais limos, mas essa tomada em consideração. No que diz respeito ao número de provas, está no regulamento que os campeonatos podem ser de quatro a seis provas em dias seguidos ou alternados, mas estas situações carecem na sua opinião de ter a aprovação da Assembleia Geral.

Em relação à questão que o Sr. Barbosa levantou em relação ao aumento do valor das filiações/revalidações, o Presidente explicou que em reunião de direção foi analisada a situação e se o aumento se verificasse nas inscrições dos Campeonatos Nacionais, só se iriam refletir na Federação, ficando as Associações sem qualquer receita suplementar, por isso o aumento se ter verificado nesta rubrica. Em relação ao calendário de mar o Sr. Pais, mais propriamente em relação aos campeonatos de boia, é uma situação que vai ser revista novamente, uma vez que reconhecem que realmente a zona do Porto tem sido um pouco penalizada, no que diz respeito aos clubes, explicou que é difícil antecipar algumas provas, contudo os clubes sabendo que as provas se realizam maioritariamente no último trimestre do mês, é uma questão de organização. Já em relação ao calendário de água doce, o Vice-Presidente da Área, saudou todos e agradeceu as propostas entregues, contudo informou que o calendário nacional irá sofrer poucas alterações, no que diz respeito à capacidade das Associações Regionais, organizarem as provas, informou que gostaria de ouvir todas de forma a entender se deveria reduzir o número de prova nos próximos anos. Em relação ao Clubes de Feeder, informou que em 2024, não haverá o Campeonato Nacional da 2ª Divisão – Feeder, por falta de clubes, o que vai originar novamente em 2024, uma fase de apuramento à semelhança de 2023. Voltou a referir que irá analisar as propostas apresentadas.

O Presidente da Direção, tomou novamente a palavra e voltou a referir que existem pistas a norte do país, que continuam a não ser utilizadas, como exemplo: Valpaços, Mirandela e os Lagos do Sabor. Lamentou esta situação, uma vez que houve um enorme empenho da F.P.P.D., junto das autarquias locais para que se construíssem as pistas em referência

e acabam por não ver qualquer retorno do investimento. Não consegue entender quando referem que há pouco peixe e que esse é o motivo. Qualquer pista que não seja pescada o peixe nunca irá abundar. Solicita uma vez mais que as Associações a norte, tenham consciência desta situação e que não deixem de marcar provas nestas zonas.

Tomou a palavra o representante da APDRAM, que afirmou que a proposta apresentada pela Associação Regional, vem no seguimento do calendário apresentado, explanou que é do conhecimento geral que a Associação da Madeira, nunca organizou um campeonato nacional e que era do seu interesse fazê-lo, para isso propõe-se à candidatura da organização do Campeonato Nacional da 1ª Divisão – Mar, em cinco dias seguidos, com a facilidade de disponibilizar alojamento, alimentação, deslocação e iscos. No seu entender todos têm a ganhar, a Madeira com a ajuda para deslocações futuras ao continente e os pescadores do continente em viverem novas experiências com praias sem lixo e com mais abundância de peixe.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, solicitou ao representante da ARPDAIlg, que explicasse a proposta apresentada pela sua Associação de forma a poder ser discutida neste momento, uma vez que houve a alteração de pontos da ordem de trabalhos.

O Sr. Carlos Lopes, explicou que o objetivo da proposta passa pelo Campeonato Nacional da 3ª Divisão - Mar, voltar a ter duas zonas distintas: Norte e Sul. Referiu ainda que uma única zona prejudica a Associação do Algarve, uma vez que o número de pescadores a ascender do Campeonato Regional ao Campeonato Nacional da 3ª Divisão, é menor. Relembrou ainda que a ARPDAIlg, tem 210 pescadores a praticarem a modalidade e com o método em vigor acaba por colocar apenas 8 pescadores no nacional.

O delegado José Oliveira, tomou da palavra e voltou a referir que gostaria de ver provas do Campeonato Nacional de Boia – Mar, na zona norte do país. Informa que as provas podem ser marcadas na Cantareira e Ponte da Arrábida, desde que as marés sejam analisadas corretamente. No que diz respeito ao Campeonato Nacional da 3ª Divisão, continua a defender uma única zona, porque acha que os pescadores do sul acabam por ser sempre beneficiados, uma vez que acabam por pescar sempre nos mesmo locais ou seja: quando sobem à 2ª divisão os pescadores que fizeram o Campeonato Nacional da 3ª Divisão – Norte, acabam por não estar nas mesmas condições em relação aos do sul, porque a pesca é desigual.

Tomou a palavra o Sr. António Combadão que referiu que defende que o Campeonato Nacional de Clubes da 2ª Divisão, seja de quatro provas, explicando que para os clubes acaba por ser mais económico, e que em termos de calendário dá mais hipótese da

marcação dos Campeonatos Regionais e de provas de clubes, que acaba por também ser uma fonte de receita. Volta a solicitar que as inscrições para os Campeonatos Nacionais, sejam na mesma altura das filiações, de forma a minimizar a confusão que por vezes se verifica em relação às repescagens. Refere ainda que é necessário a marcação da fase de apuramento para o Campeonato Nacional de Clubes Feeder e propõe ainda que o horário das provas a partir do mês de Setembro tenha início às doze horas. Refere ainda que deve haver uma atenção especial com os regulamentos, para que não surjam dúvidas em relação ao nº de subidas dos Campeonatos Nacionais. No que diz respeito à área de mar, diz que tem andado um pouco afastado, porque era uma área que o Sr, Ranhola dominava, mas que não consegue entender o porquê de haver um valor a pagar aos fiscais para sábado e outro para domingo. No que diz respeito ao apoio das Seleções Nacionais, referiu que já teve conhecimento que existem alguns pescadores da categoria Masters, que dizem que se não houver participação da Federação, para a ida ao Mundial, nem se vão inscrever no Campeonato Nacional. Situação esta que o preocupa porque gosta da pesca, então propõe que em vez de haver apoio total para certas seleções, sejam todas apoiadas e que todos participem. Deu ainda como exemplo a situação que se verifica em França, onde todas as categorias que dão acesso a um Campeonato do Mundo, os pescadores paguem um valor adicional, ao valor do Campeonato Nacional, contudo esta situação carecia de uma alteração do Regulamento, que passaria a serem os seis primeiros os que tinham direito a ir à Seleção Nacional. Solicitou ainda a colaboração de todos, para ajudarem na organização do Campeonato do Mundo de Clubes – Feeder, que se realiza na sua área de jurisdição, uma vez que se trata de uma barragem os sectores acabam por não serem seguidos e vai acarretar uma dificuldade acrescida em termos organizativos. De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu a palavra ao Sr. Álvaro Inês, que referiu que enviou a cerca de um mês uma carta à FPPD e Associações Regionais, com a proposta para a realização de uma reunião preparatória, para análise dos regulamentos e elaboração dos calendários nacionais. Refer ainda que em relação ao Plano de Atividades, não concorda com a divisão das Seleções Nacionais, ou seja com a situação de umas serem participadas e outras não, ou como mencionam o antes e depois de 2016. Em relação às taxas de filiação, menciona que na sua opinião não faz qualquer sentido a emissão de um cartão anual, para cada pescador. Comparou ainda que neste momento o cartão de cidadão tem um custo de vinte e cinco euros, com validade de cinco anos. Informou ainda que a ARCPD está a criar uma base de dados dos seus pescadores, onde cada atleta vai ter acesso a uma aplicação com todos os dados que lhe



dizem respeito e que vai ter um custo de um euro por pescador. Referiu ainda que no Calendário Nacional de Água Doce, está a faltar a marcação do Campeonato Nacional de Deficientes, uma vez que em 2025 está agendado o Campeonato do Mundo em Portugal. Diz que também é da opinião que as inscrições e filiações, sejam feitas na mesma altura. Menciona ainda que tem de haver cuidado com a organização de provas, uma vez que existem umas muito más e outras muito caras. Recorda também que há um pescador que enviou uma exposição e que ainda não recebeu qualquer resposta.

De seguida tomou a palavra o representante da 1ª ARPDR, Sr. João Paulo, que manifestou o seu desagrado no relacionamento que ultimamente se tem verificado entra a F.P.P.P. e a 1ª ARPDR. Mencionou que no último mundial realizado em Coruche a 1ª ARPDR, foi colocada de parte, em detrimento do Coruche Pesca Desportiva. Informou que foi convidado pelo Vice-Presidente da Área de Água Doce, para controlo dos sectores mas como tinha sido em cima da hora, já tinha férias marcadas e acabou por não estar presente. O mesmo se passou com o Sr. Presidente da Associação, que foi convidado para responsável de um sector, o que na sua opinião é lamentável. Afirma que a 1ª ARPDR, merecia maior reconhecimento. Voltou a perguntar ao Sr. Presidente da Direção, se havia algum problema com a sua Associação. Referiu ainda que na última Assembleia Geral, em que esteve presente, questionou o Sr. Presidente, sobre a situação que se vivia na ARCPD, resposta essa que não obteve. Questionou ainda para quando estava programado a formação de novos juízes, alertando que era urgente esta formação. Em relação à captação de jovens, informa que esta captação pode ser feita através do desporto escolar, uma vez que se enquadra nos requisitos.

Depois da sua intervenção entregou à mesa da Assembleia Geral, o documento orientador que trazia com todos os pontos que explicou.

O Sr. Presidente da Direção, começou por responder ao Sr. António Combadão, onde informou que iria novamente analisar a proposta das filiações e inscrições, serem feitas na mesma altura do ano. Em relação ao horário das provas e sobre o campeonato Nacional da 3ª Divisão - Feeder, informou que seria a área de água doce a responder uma vez que diz respeito a uma questão técnica. No que diz respeito aos valores a pagar aos fiscais, cabe à ARBAPD decidir uma vez que anualmente cada Associação, deve apresentar um orçamento, para as provas que organiza na sua área de jurisdição. Em relação ao apoio à Seleção de Masters, relembra que foi decidido em Assembleia Geral que a Seleção a ser apoiada era a de Veteranos, uma vez que era a categoria mais antiga.

Respondendo ao Sr. Álvaro Inês, diz que concorda com a proposta de uma reunião preparatória, para a elaboração de calendários. Informou que em relação à Seleção de Deficientes, informa que esta é devedora à F.P.P.D., o que impede a representação em Campeonatos do Mundo, contudo esta situação não impede que se faça o Campeonato Nacional. No que diz respeito aos fiscais, cabe a cada Associação Regional, a captação dos mesmos. Em relação à questão colocada em relação à falta de resposta à exposição apresentada pelo Sr. Paulo Pinheiro, informa que esta situação foi analisada na última reunião de direção e que em breve irá receber a devida resposta.

No que diz respeito às questões colocadas pelo delegado João Paulo, informou que não existe qualquer problema de relacionamento com aquela Associação, afirmando mesmo que perguntou várias vezes pelo Sr. João Paulo e João Marzia, no decorrer do Campeonato do Mundo. Informou ainda sempre que a 1ªARPDR, solicita algum apoio a F.P.P.D., têm colaborado. Em relação à situação da ARCPD, afirmou que nunca disse que a 1ªARPDR, queria ficar com os clubes da ARCPD, sobre esta questão deve haver algum engano. No entanto reconhece que reencaminhou o assunto sobre as contas da Associação, para o Sr. João Vizinha, que era o Presidente da Assembleia Geral da ARCPD. Reconhece ainda que é urgente a realização de novos juizes, pedindo mesmo ajuda ao João Vizinha, uma vez que é a pessoa responsável pela formação. Lembra que também cabe às Associações Regionais e Clubes a captação de jovens para a modalidade. De seguida passou a palavra ao Vice-Presidente da Área de Água Doce, Bruno Valente, para esclarecer as situações técnicas.

O Sr. Bruno Valente, disse que a área iria analisar os regulamentos e a redução do número de provas. Em relação à questão que a 1ªARPDR, apresenta sobre a presença dos responsáveis federativos nas provas dos Campeonatos Nacionais, reconheceu que talvez haja uma pequena lacuna, mas como todos compreenderão não pode estar presente em todas as provas dos Campeonatos Nacionais, até porque essa situação acarreta custos. Em relação ao apoio para a organização do Campeonato do Mundo, informou que a F.P.P.D., não se esqueceu da Associação, até porque houve contactos e não houve qualquer interesse por parte desta.

O Sr. Serafim Caetano, realça novamente a situação da marcação de provas de boia | mar na zona norte.

Tomou a palavra o Sr. João Vizinha, que voltou a referir que na sua opinião a F.P.P.D., deve participar com o valor da inscrição de todos os Campeonatos do Mundo. Referiu ainda que se todas as Seleções Nacionais, pagassem cerca de cinquenta euros, todas elas

estavam isentas de pagar o valor da inscrição no mundial, valor este que é mil quatrocentos e cinquenta euros. Informou ainda que na última reunião da FIPS-ed, ficou adjudicado a Portugal a realização do Campeonato do Mundo de Free Style, em 2025. Contudo realça que temos de ter algum cuidado na organização dos Campeonatos do Mundo, uma vez que cada vez há mais países a concorrer à realização dos eventos internacionais. Em relação à formação informa que está disponível para colaborar com a F.P.P.D. e com as Associações Regionais, para a realização de novas formações, informando mesmo que o plano está elaborado e que não é necessário que seja a FPPD a responsável, podendo esta organização ser da responsabilidade das Associações. Felicita ainda a área de água doce, pelo calendário apresentado, dizendo mesmo que este está equilibrado, dizendo ainda que concorda com a redução do número de provas, em relação ao Campeonato Nacional de Clubes da 2ª Divisão, partilha ainda da opinião apresentada pelo Álvaro Inês, quando diz que todas as categorias devem estar mencionadas no calendário nacional, compreende que deve haver uma ressalva, onde se mencione que o campeonato só se realiza, caso exista um certo número de inscrições. Solicitou ainda que seja colocado no calendário o Campeonato Nacional de Free Style U25, uma vez que Portugal é um dos países candidatos à realização deste mundial, em 2026. Comunga ainda que os horários de sábado e domingo, devem ser iguais. Em relação ao cartão de federado, concorda que não há necessidade de um cartão físico, quando neste momento temos meios informáticos, para solucionar o problema.

Tomou a palavra a delegada Alice Costa, que corrobora que os calendários dos Campeonatos Nacionais, devem ser feitos em colaboração com as Associações Regionais. No que diz respeito às Seleções Nacionais, é da opinião que a seleção nacional seja formada pelos quatro pescadores e o quinto elemento o suplente. Referiu ainda que no último Campeonato do Mundo, realizado em Portugal, sentiu a falta de apoio da Associação Regional. Continua a informar que na sua opinião todas as Seleções Nacionais, devem participar para a sua representação em Campeonatos do Mundo. Afirma ainda que é urgente a formação de novos juizes.

O Sr. Presidente da Assembleia Geral, de seguida deu a palavra ao Sr. António Ranhola, que atestou que concorda com a redução do número de provas para as divisões mais baixas.

De seguida o Sr. Presidente da Direção, respondeu às questões colocadas, afirmando que em relação ao delegado João Vizinha, concordava com as suas questões e que nada tinha a acrescentar. No que diz respeito à intervenção da delegada Maria Alice, diz que em

relação às Seleções Nacionais, no mar não existe qualquer dúvida em relação aos selecionados. Corrobora ainda que deveria haver a reunião preparatória para a elaboração dos Calendário Nacionais.

O Delegado António Barbosa, deu conhecimento que foi juiz a uma prova do Campeonato Nacional de Clubes da 2ª Divisão, na Quinta da Boavista e informou que não autorizava que se pescasse da mesma forma que se pescou no Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Clubes, onde foi autorizado pela ARPDABL, pescar com boias sem antena. Lamenta uma vez mais que isto aconteça e solicita à F.P.P.D., que tenha atenção redobrada em relação aos regulamentos que aprova.

Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Área de Mar, que solicitou à APDRAM que apresente um plano para a organização do Campeonato Nacional.

O Sr. José Oliveira, solicita para intervir para esclarecer que concorda com a proposta da APDRAM, bem como os cinco dias de provas seguidos.

O Sr. Carlos Lopes, volta a afirmar que as realizações de Campeonatos Nacionais, em cinco dias, são mais benéficas, para os participantes.

De seguida do delegado João Paulo, volta a reforçar a situação do desporto escolar, porque traz várias vantagens para a modalidade, uma vez que existe apoio, para: alimentação, deslocação, material e meios humanos. Contudo continua a afirmar que questão colocada a direção, não foi respondida e que no seu entender bastava um pedido de desculpa. Já em relação à questão da ARCPD, continua sem resposta.

O Sr. Presidente da Direção, voltou a referir que perguntou várias vezes ao Vice-Presidente Bruno Valente, pelos elementos da 1ª ARPDR e que sempre lhe disse que não estavam disponíveis.

O Vice-Presidente da Área de Mar, pediu ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral que fosse votado em Assembleia, que uma vez que há hipótese de haver duas equipas a participarem no Campeonato do Mundo de Masters – Mar e como este ano foram campeões do mundo, a seleção de 2023, fosse defender o título em 2024 e caso que a seleção apurada do próximo Campeonato Nacional, fosse considerada a equipa B. Colocada esta situação à votação, foi aprovada por unanimidade.

De seguida a delegada Maria Alice, leu o parecer do Conselho Fiscal, uma vez que o Sr. Presidente do Órgão, não lhe foi possível estar presente na Assembleia Geral.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa, colocou em votação o Plano de Atividade e Orçamento para 2024, que foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, colocou em votação o ponto número três da ordem de trabalhos, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Geral entrou no ponto número quatro, passando a palavra ao Sr. Presidente da Direção, para comentar o assunto.

O Presidente Carlos Baptista, informou que a área de pluma tinha convidado o Sr. Caçador Marinho para substituir o Sr. Miguel Reis.

Posto isto, o ponto número quatro da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade. De seguida entrou-se no ponto número sete da ordem de trabalhos, outros assuntos, onde Delegado João Paulo, solicitou que fosse retirado o seu nome da Comissão Técnica da Área de Água Doce. Foi colocada a votação, que a Federação diligenciasse junto dos organismos competentes, a situação do desporto escolar. Proposta que foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Direção, aproveitou para dar conhecimento da situação sobre a dívida da ARCPD, informando que a F.P.P.D., chegou a um acordo com a ARCPD e esta com o Sr. Rogério Marques, para a liquidação da dívida à FPPD. Tendo já a ARCPD, pago mil euros e ficando de pagar no início de 2024, mais mil euros e o restante até ao final do próximo ano.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia geral, colocou a proposta da ARPDAIlg, à votação, com a ressalva que só entraria em vigor em 2025, tendo obtido a seguinte votação: um voto contra e duas abstenções, aprovada por maioria.

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, deu por encerrados os trabalhos pelas catorze horas dez minutos.

O Presidente da Mesa da Assembleia

O Secretário

O Secretário

Posta